

REFLEXÕES SOBRE A PATERNIDADE NEGRA: MASCULINIDADES E SUAS CONSTRUÇÕES DO HOMEM COMO PAI

Álvaro Albino da Silva Bageston¹
Jeferson Santos Araújo²

RESUMO: O presente trabalho busca conduzir os leitores a refletir sobre as questões envolvendo a masculinidade negra, partindo de uma construção sócio-histórica da formação desse sujeito enquanto homem negro, sua masculinidade, sua projeção social. Como questões ligadas a construção patriarcal hegemônica, machismo, feminismo e racismo podem influenciar na construção nos tipos de relações criadas em torno dessa parte da população. Como poderia o homem negro, protagonista de uma exclusão social, ser um exemplo de “chefe de família”, esquecendo as mazelas vividas e, buscar a contrapartida de um sistema que o marginaliza e sobretudo o classifica como um pai descuidado, através de uma cultura de superexploração e divisão social. O reconhecimento histórico da subjetivação do negro enquanto pessoa, torna-se importante ponto de análise para a compreensão do negro homem, mas também de como esse negro se vê sendo homem, pai e responsável pela sua família, partindo de uma construção de poder e assim corroborando com a ideia patriarcal.

Palavras-chave: paternidade negra; masculinidade; patriarcal.

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a temática da paternidade negra, tema que, ao longo dos anos do século XXI, vem ganhando espaço nos trabalhos acadêmicos. A temática, mesmo permeando as pesquisas contemporâneas, é um “velho” problema social, já que a construção da paternidade remonta ao sistema patriarcal em que estamos inseridos. Este estudo busca analisar como é construída a paternidade negra, considerando que o sujeito analisado tem em suas atribuições uma marginalização histórica por parte do restante da sociedade. Buscaremos identificar os problemas sociais impostos ao homem negro durante os anos do Brasil após a abolição, para identificar possíveis desafios da paternidade negra na contemporaneidade.

Para iniciarmos nossa construção dos desafios impostos ao homem negro na sua condição de paternidade, precisamos buscar o entendimento acerca dos debates sobre

1 Geógrafo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim. *E-mail:* alvarobageston01@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2003-4648>.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGenf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *E-mail:* jeferson.araujo@uffs.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3311-8446>.

a masculinidade, tema complexo e com estudos em ascensão; posteriormente, nos direcionaremos à masculinidade negra, buscando a estrutura histórica desse papel ocupado por homens socialmente excluídos; depois, exploraremos a paternidade negra, tema central deste estudo, tentando identificar como se formam pais negros e se há uma estrutura em que possam exercer essa função em uma sociedade voltada à consolidação de um patriarcado hegemonicamente branco.

O presente material traz uma metodologia reflexiva sobre a temática da paternidade negra, pois o tema requer análise crítica sobre a experiência de homens negros sob a condição de pais. Com essa reflexão sobre textos já produzidos, podemos, a partir desse módulo, identificar as etapas vivenciadas e estudadas no campo da masculinidade, sobretudo quanto à paternidade negra.

A busca por uma metodologia reflexiva consiste, na prática, em reflexão crítica. Pesquisadores que adotam essa abordagem não apenas realizam suas investigações, mas também se envolvem em uma análise profunda de suas próprias ações, decisões e preconceitos. Isso, além de promover a transparência no processo de pesquisa, também permite que os pesquisadores reconheçam possíveis influências.

A metodologia reflexiva fomenta, ainda, a colaboração e o diálogo entre os pesquisadores, trazendo para o campo das análises científicas temas sociais, de forma a compartilhar reflexões e *insights*, função que não apenas enriquece o processo, como também contribui para uma comunidade acadêmica mais conectada e colaborativa. Alvesson e Sköldberg (2017 *apud* Vásquez *et al.*, 2022)

[...] sugerem que o pesquisador adote uma postura crítica em relação ao que é dado como certo, garantindo, ao mesmo tempo, que os resultados de seu trabalho possam gerar conhecimentos que ampliem alternativas e ofereçam oportunidades de reflexão, em vez de buscar verdades absolutas, em um determinado campo de conhecimento.

A busca pela reflexão sobre os temas ligados à masculinidade negra, sobretudo à paternidade negra, tem, pois, a condição de uma reflexão sobre o papel exercido historicamente na produção desse ser como indivíduo social.

Em resumo, a metodologia reflexiva adotada neste estudo busca pautar-se na instrumentalização de estudos ainda recentes sobre a paternidade negra, identificando, através de bibliografias usadas, os caminhos e percalços impostos aos homens negros na sua afirmação em serem pais diante dos fatos históricos e psicológicos que perpassam anos de existência.

2 - MASCULINIDADE

O tema masculinidade tem ganhado força nas produções acadêmicas na última década do século XXI, com a ascensão de estudos sobre feminismo e, principalmente, a interseccionalidade, que busca a desconstrução do machismo estrutural da sociedade. O tema foi ganhando adeptos, já que a busca por uma sociedade com igualdade de gênero e com condições iguais não está estritamente ligada à luta da mulher, pois é necessário que o homem (gênero masculino) na condição de sujeito social possa perceber a sua participação na manutenção do sistema opressor. A busca

por uma problematização acerca do papel masculino na sociedade é tema de estudos desde a segunda metade do século XX, conforme apontam Connell e Messerschmidt (2013, p. 243):

Ao longo dos anos 1970 houve uma explosão de escritos sobre o “papel masculino”, nitidamente criticando as normas sobre papéis como origem do comportamento opressivo dos homens. A crítica à teoria dos papéis forneceu a base conceitual principal para o primeiro movimento de homens antissextistas.

Nas décadas que sucederam a de 1970, mais trabalhos acerca da temática foram sendo produzidos, buscando demonstrar como se deu a construção do homem como ser supremo, que gera e alimenta os alicerces culturais de poder e ascensão do patriarcado como qualificador da sociedade personificada nos moldes hierárquicos.

A masculinidade tem sua formação impregnada no modernismo ocidental, segundo o qual fatores culturais deram ao homem uma posição de destaque nas relações construtivas dos novos modelos assumidos socialmente, como nos apresenta Oliveira (2004, p. 19):

Assim como nada na história é fruto apenas de uma causa simples e imediata, penso que a emergência de algo como um ideal de masculinidade, bússola de orientação para a formação de comportamentos assumidos no Ocidente como autenticamente masculinos só pode ser o resultado de complexas elaborações culturais. Em especial, aquelas ligadas à série de transformações ocorridas na passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna. Dentre elas, eu destacaria a formação do Estado Nacional moderno e a criação de instituições específicas, como os exércitos, resultando nos processos de disciplinarização e brutalização dos agentes nela envolvidos, bem como o surgimento de ideias burguesas e dos valores de classe média, calçados no pragmatismo dos negócios, personalidade moderada e no culto da ciência metódico-racional.

Como podemos visualizar, a construção da masculinidade se dá na demonstração de poder, força e tirania, uma vez que o indivíduo homem não mostra suas fraquezas e incertezas, colocando-se com um ser sólido e de pensamento crítico, consolidado como sujeito superior a mulheres, crianças e outros homens que são colocados em classes econômicas inferiores, como aponta Connell (1995, p. 188):

Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela.

A masculinidade criada em torno do gênero trouxe aos homens, sobretudo os que se encaixavam no padrão social preestabelecido (branco, heterossexual, cristão e pertencente a classes sociais mais abastadas), a prerrogativa de autoridade máxima, segundo a qual se relativiza o conceito de “chefe de família”, tendo esse um papel de soberania sobre os demais indivíduos colocados abaixo de sua casta social, como aponta Connell (1995, p. 189). “Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas”. Ao direcionar ao homem a obrigação de exercer a sua

masculinidade de forma constante e rude, o sistema patriarcal proporcionou ao indivíduo uma ruptura no exercício de sua humanidade, criando, assim, um ser proibido de demonstrar compaixão, dor, afeto, solidariedade e até mesmo o autocuidado, pois essas características o aproximariam de uma feminilidade incompatível com o lugar ocupado.

Entre outros aspectos, a virilidade é para a masculinidade um comportamento em que o homem reproduz de forma feroz sua posição de chefe supremo dentro do seu círculo social. A preponderância do órgão genital masculino é a sua afirmação perante a masculinidade do indivíduo, como ressalta Nolasco (1993, p. 41):

Os homens, particularmente, são instigados desde cedo a falar e a valorizar o sexo, não como possibilidade de expressão de si mesmos, mas como maneira de reproduzir o modelo de comportamento para eles determinados. As diferenças sexuais são percebidas como referências estruturais para identidade dos indivíduos. É tamanha a importância que os homens dão a seus genitais que se referem aos mesmos não como parte do corpo, mas como um outro.

A busca por aceitação dos homens, através de sua virilidade, associada à ligação de sua genitália é mais uma afirmação para a criação da masculinidade desenhada ao longo dos séculos e imposta aos homens, desde a sua infância. O desenrolar dessas ações leva os homens, em sua maioria, a reproduzir condutas estruturadas nos ditames dos “usos e bons costumes”, da sociedade machista.

Ao identificarmos as normas factuais, verificamos processos de construção de uma masculinidade enraizada em esconder as suas fraquezas e a não demonstrar sentimentos, sendo possível afirmar causas e motivos que levam os homens a estruturar seu pensamento e atitudes sem buscar relacionamentos saudáveis, buscando apenas exercer o seu papel de provedor da família, das economias e das regras que devem pelos outros serem seguidas, de acordo com as ordens do ser central, denominado culturalmente de “chefe da família”.

Com a prerrogativa de mandante, o homem, ainda menino, aprende a identificar as diferenças que devem existir entre homens e mulheres, na construção dos seus relacionamentos, dentro e fora de sua família, com muito bem pontua Nolasco (1993, p. 46): “[...] Este aprendizado de postura diante da vida começa na infância, determinando para um homem adulto sua incapacidade de contatar as próprias emoções e demandas afetivas”.

A formação da masculinidade do homem incrementa as discussões no campo das ciências, uma vez que a temática é imprescindível para o alcance de análises mais eficientes nas relações entre gêneros, sexualidade, interseccionalidade e na constituição dos laços afetivos.

2.1 - PATERNIDADE

Dentro dos estudos sobre a masculinidade, a construção da paternidade é uma das análises que, ao longo das duas últimas décadas, tem ganhado um olhar especial de pesquisadores da área, pois o homem, como detentor da masculinidade, depara-se com incompatibilidades funcionais ao exercer sua paternidade, reproduzindo normas

e ações de sua própria experiência, principalmente quando não se encontra na condição de pai.

É importante lembrar que a inserção do homem na manutenção e criação de sua prole é algo complexo, pois nem todos os pais conseguem exercer a paternidade de maneira efetiva, dividindo com a sua companheira as prerrogativas sobre a criação de uma criança, ou mesmo no campo afetivo, já que em muitos casos os homens não conseguem repassar aquilo que em sua própria infância não tiveram. Essa interação é indicada por Nader e Caminoti (2014):

De maneira geral, durante o primeiro ano, o menino possui uma relação exclusiva com a mãe (ou alguém que cumpra seu papel). Ela lhe dá o sustento e meios de sobrevivência. Mesmo que exista a figura paterna, ela é mais distante. O pai exerce, nesse primeiro momento, o papel de provedor da criança. O fim da dependência do filho perante sua mãe surge ao mesmo tempo em que o menino começa a desenvolver seu papel masculino.

A construção do papel de pai chega ao homem com incertezas e inseguranças, já que, na construção hegemônica da masculinidade patriarcal, não deve demonstrar suas extenuações. Conforme apontam Staudt e Wagner (2008), as intervenções comportamentais perpassam de geração em geração, normalizando algumas ações dentro de uma ótica de mundo, seguindo as formulações com o meio em que foi criado.

Ao analisarmos a paternidade exercida pelos homens, podemos destacar a falta de tempo para com seus filhos, devido a alguns fatores enfatizados por Nolasco (1993), por exemplo: o homem passa diversas horas trabalhando, para dar subsídios financeiros a sua família, já que carrega o compromisso de manter economicamente os anseios familiares, o que resulta no afastamento de suas progênes. Com a incompatibilidade de horários, o excesso de tarefas cotidianas, o homem reproduz em sua paternidade a ausência justificada pela necessidade da construção de uma estabilidade financeira para sanar as necessidades de sua família, em detrimento de suas atividades paternas, deixando para a mulher a prerrogativa de cuidado e educação dos filhos. Determinamos esses acontecimentos como o emprego de uma paternidade esporádica, em que o homem, como figura paterna, atua na educação dos filhos em momentos específicos, de acordo com a necessidade de intervenção, ou até mesmo em caso de manutenção da masculinidade culturalmente estabelecida, para que essa seja mantida, sobretudo em relação aos filhos homens. De acordo com Freitas *et al.* (2009, p. 86),

As mulheres, como mães, são agentes decisivos na esfera da reprodução social, pois são as que mais participam da educação, transmitindo aos filhos as ideologias vigentes na sociedade. Ao homem, o modelo patriarcal outorgou o poder de estabelecer na trama doméstica o diálogo com a família quando lhe convém, cabendo às mulheres a responsabilidade de manter a harmonia das relações parentais no âmbito privado.

É importante ressaltar a ligação existente na relação entre a paternidade exercida e a paternidade vivenciada, ou seja, o modelo ao qual foi exposto o homem quando criança, pois, a partir dessa análise, podemos entender as características de um indivíduo na função da paternidade. Essa narrativa é construída na escrita de Nolasco (1993, p. 48):

Diante disso, uma aquarela se instala para os homens. Com a negação da infância como etapa importante na vida dos meninos, e a ausência de um pai que os conduza afetivamente até a idade adulta, eles são conduzidos pelos próprios desejos que reconhecem, buscando, por meio do “crescimento” rápido, o atendimento de suas necessidades afetivas. Estas necessidades são potencializadas pelo silêncio a que ficaram submetidos desde a infância. Quando adultos, creem que suas conquistas de patrimônio, prestígio e poder farão com que se sintam amados.

Mazelas são encontradas na construção da paternidade, já que nem todos os homens cresceram com uma figura paterna presente, porém todos os indivíduos foram inseridos na mesma estrutura hegemônica voltada ao patriarcado. Esse modelo de estrutura machista delega aos homens passos a serem seguidos, intercalando obrigações de acordo com a sua estrutura socioeconômica, mas impondo a todos os homens os atributos de reprodutores desse sistema.

No que tange s paternidades, não podemos cair no ostracismo de reduzi-las apenas ao papel do pai ausente ou assoberbado de afazeres, que, tendo como base as suas experiências pessoais, positivas ou negativas, negligencia sua construção paternal, pois há também a construção de um “modelo” de pai mais ligado à família, à criação e educação dos seus filhos.

Essa criação de paternidade está estreitamente ligada às modificações sociais ocorridas nas últimas décadas, ao crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao aumento de estudos relacionados à temática sobre gênero, à crescente do movimento feminista que corrobora para uma busca pela desconstrução do sistema patriarcal, que oprime mulheres e oprime homens; a busca é pela construção de uma masculinidade em que seja possível ao homem expressar seus sentimentos, sem pôr em dúvida sua orientação sexual e suas qualidades como pai, profissional, homem e indivíduo social. Essa desconstrução é mencionada por Staudt e Wagner (2008, p. 178):

No entanto, a contraponto da história, existe a demanda de um pai mais participativo e envolvido na criação dos filhos. É importante considerar que outros aspectos foram sendo modificados para que este “novo pai” fosse solicitado. Neste panorama, encontramos um aspecto fundamental, que se refere às modificações relativas ao papel feminino. Fala-se que a mulher da contemporaneidade está diferente, com maior independência emocional e financeira, que também está mais ativa e com maior liberdade sexual.

Esse novo modelo de paternidade relaciona a masculinidade às abordagens feministas, buscando desconstruir a visão errônea desse campo de análise, em que pejorativamente o senso comum relaciona a temática à manutenção do machismo estrutural. Nessa direção, a abordagem crítica sobre essa temática é reafirmada por Freitas *et al.* (2009, p. 87):

Há perspectiva de que se ampliem as mudanças quanto a maior participação do homem no espaço familiar, todavia, ainda está distante a divisão equitativa de responsabilidades. Assim, para que os homens vivenciem a paternidade de modo equânime e não apenas mais participativo é preciso que homens e mulheres reensem seus atributos sociais em meio à complexidade dessa vivência, reconhecendo que a paternidade constitui uma oportunidade de os homens ampliarem

suas dimensões internas e renovem sua relação com a vida.

A construção da paternidade é de suma importância para um debate mais aprofundado sobre as prerrogativas sociais; através dos estudos sobre masculinidades, quiçá, possamos nos encaminhar para a constituição das equidades nas relações interpessoais e afetivas.

3 - PATERNIDADE NEGRA

Se a paternidade por si só advém de uma complexa análise, a paternidade negra contém elementos que adquirem nova expressão dentro dessa relação sociocultural de poder, dados os estereótipos e a manutenção de um racismo estrutural que percorrem a construção afetiva desses homens que, por sua cor de pele, são marginalizados. Buscar relacionar o campo dos estudos sobre masculinidades, paternidades com a prerrogativa da cor da pele situa-se em trazer para o centro do debate um indivíduo que passou mais de 300 anos sob excessivo processo de deterioração de sua dignidade humana, através do processo de escravização, e analisar como constituiu e constitui seus laços parentais, através de sua construção como pai. Pontuam Silva e Perreault (2015, p. 07): “É incontroverso que o modelo de paternidade escrava não correspondeu ao modelo patriarcal: ora, os escravos negros, tomados como coisas, não eram detentores de qualquer direito, muito menos de qualquer relação de poder”. Não possuindo direitos, o homem negro escravizado não podia sequer exercer a sua categoria de “chefe de família”, muito menos podia condicionar-se às relações com sua prole, deteriorando-se entre esses a criação dos laços afetivos de família ao longo dos anos.

Essas práticas de invisibilidade, criadas para discriminar homens negros e, conseqüentemente, privá-los das interações paternas, fazem parte da criação de uma estrutura racista, impregnada na construção da sociedade brasileira. Sobre o racismo estrutural como forma de privatizador do papel do homem negro como pai, tem-se a partir de Pereira, Santos e Silva (2019, p. 85), ao citarem Werneck (2016):

[...] penetras os diversos campos da vida social, organiza a nossa democracia e o caminho de êxito de algumas políticas públicas, criando iniquidades nas mais diversas áreas, como as áreas do trabalho e da escolaridade, que determina oportunidades desiguais e injustas para os homens negros e isso, de certa forma, influencia na paternidade negra que, assim como a mulher negra, também terá uma preocupação não só com a formação de suas filhas e filhos, mas também com as condições sociais para o crescimento e reconhecimento profissional.

A deterioração do acesso ao homem negro, no seu papel de paternidade, corrompe os limites do tempo, atravessando o período de escravização; era uma das premissas do sistema escravagista brasileiro a divisão dos negros chegados em terras brasileiras, impedidos da convivência com seus pares, sendo levados para diferentes lugares, já que, como parte do processo de escravização, havia a não vinculação parental, para evitar os laços que os ligavam a sua terra-mãe. Essa preocupação com o passado negro é identificada por Werneck (2006 *apud* Silva; Perreault, 2015, p. 08):

O conceito de filiação, apresentado nos trabalhos de Geneviève Delaisi de Parseval (1981, 1983, 1994) é o elo masculino do filho para o pai, e do pai

para o filho através da herança do bisavô, até avô, filho, neto, e bisneto, o que apresenta o poder patriarcal na sua forma mais abrangente.

A resistência imposta ao homem negro ao longo de seu processo de escravização efetivou o desprendimento de seus laços familiares, potencializando a esse indivíduo um distanciamento da condição afetiva paterna, corroborando o aparecimento de diversas famílias negras em que a mulher é a provedora da casa, da criação e da manutenção dos filhos, protagonizando um crescimento de famílias negras no País que não contam com a figura paterna.

Nos anos após a abolição da escravização, o negro foi colocado à margem da sociedade, sendo representado como pessoa de categoria social inferior à das pessoas brancas. A condição estabelecida a essa população contribui até os dias de hoje para a procriação das mazelas, envoltas dos temas concernentes ao papel do homem negro na sociedade, inclusive sobre a funcionalidade nos atos de sua paternidade. A construção de uma paternidade negra deve ser sempre vista a partir de uma égide histórica; Nascimento e Silva (2020, p. 217) registram a necessidade dessa abordagem de forma reflexiva:

É preciso refletir sobre a questão do racismo como uma marca profunda nesse contexto social, pois esse recorte determina como o negro será percebido e como isso indiretamente irá forçá-lo a desenvolver-se dentro desse sistema que não considera suas dores, seus traumas e suas histórias. A teorização da dor do homem no desenvolvimento de sua masculinidade é cada vez mais importante, sendo necessário ressaltar que existe uma diferença entre a percepção da dor de um homem branco e a percepção da dor de um homem negro, o qual estará muito mais próximo de uma condição de subalternidade, de pobreza e de desestruturação familiar ainda que dentro de um sistema que o privilegia pelo simples fato de ser homem.

A construção colonial dessa masculinidade afetará não só o sujeito individualmente, mas também coletivamente, em todos os tipos de relações afetivas que desenvolver ao longo da vida seja como filho, como companheiro ou como pai. Olhando, por exemplo, para a realidade da paternidade no Brasil, existem diversos casos de pais que abandonam seus filhos, filhos esses que são cuidados pela avó ou pela mãe, o que é mais comum.

As marcas que ressoam na pele negra, mesmo após anos do “fim” da imposição a um sistema opressor, são resultado da falta de devida inserção do negro na sociedade brasileira.

No âmbito da construção social, o homem negro passou por processos dolorosos, ainda mais rústicos que os demais homens; essa composição de masculinidade negra repele esse indivíduo de demonstrar sentimentos, pois, geralmente, o homem negro é estereotipado como ser de grande resistência física, que não demonstra cansaço – além da imagem criada pelo senso comum de um objeto sexual, desejado pelos atributos reverenciados no âmbito do inconsciente social. Para Silva, Santos e Nascimento (2021, p. 333), trata-se de

Uma invisibilização não de seu corpo, mas de sua totalidade enquanto ser humano, pois a visibilidade dada aos negros está intimamente atrelada à sua dimensão corporal, o que leva a produções discursivas reducionistas sobre es-

ses sujeitos ora vistos como corpos que podem ser explorados para o trabalho, ora vistos como objetos sexuais para satisfazer os desejos de outrem. Historicamente, no Brasil, os dispositivos de dominação fizeram com que homens negros fossem – e continuem sendo – invisibilizados, tendo sua masculinidade adestrada tanto no período da escravidão, quanto no período pós-abolição, através da disseminação de ideias de hierarquização e categorização das raças. Uma masculinidade invisível, mas que, ao mesmo tempo, será vista como “o Outro” a ser eliminado, já que não apresenta condições que possam atender às expectativas do patriarcado branco-supremacista-capitalista.

A busca pela eliminação do homem negro da sociedade afeta sua (des)construção de pai. Os fenômenos de autodepreciação ocorrem como sujeitos de um processo patriarcal hegemonicamente branco já predefinido, ou seja, que busca demonstrar para a sociedade a falta de capacidade de os homens negros em serem pais, constituir família e construir relações afetivas e duradouras. De acordo com Silva, Santos e Nascimento (2021, p. 333),]

Nesse formato, temos uma figura de homem que será visto como elemento a ser perseguido: suspeito, violento, incapaz de ser vulnerável ou sensível, definido por sua classe, mas, sobretudo, pela cor de sua pele, já que é um corpo submetido à brutalização e à violência. Os estereótipos em relação ao homem negro na sociedade brasileira não são poucos se pensarmos que sua imagem é representada através do prisma racial. Logo, sua representação como “bandido”, “mendigo”, “estuprador” serão utilizados como forma de inferiorizar constantemente sua imagem.

Essa imagem distorcida, criada pelo racismo sistemático que assola a sociedade brasileira, acaba sendo comprovada quando o próprio sistema cobra do pai negro as prerrogativas do cargo, como, por exemplo, o sustento da família e a obrigatoriedade por estar no mercado de trabalho, mesmo que em cargos subalternos, o que, consequentemente, promove uma remuneração relativamente baixa.

O paternalismo negro se dá em diversas nuances e incertezas de como ser e agir, perante uma sociedade que discrimina em vários aspectos; por isso a importância do debate sobre a construção de uma masculinidade aberta a experiências reconstitutivas no âmbito do ser homem e na sua construção de pai, buscando sua identificação como sujeito de um novo começo, como proposto por Silva, Santos e Nascimento (2021, p. 335):

A partir dessa constatação, de que a lógica do racismo estrutural coisifica corpos negros, como forma de resistência renovam-se as estratégias que buscam repensar as subjetividades negras, entendidas como múltiplas e permitindo ao sujeito negro extrapolar a dimensão coletiva e reconhecer-se em sua individualidade.

Com a busca pelo crescer individual, o homem negro pode assumir papel decisivo na sua (re)construção paterna, melhorando o seu convívio no seio familiar e ajudando na desconstrução das relações tóxicas que permeiam seus lares. Conforme Pereira, Santos e Silva (2019), nem todos os homens negros tiveram pais que não

exercessem uma relação tóxica, mas, se tiverem a prática da paternidade voltada a cuidado, amor, afetividade, relações afetivas bem expostas, mesmo que sob os efeitos do machismo e do racismo, esses sujeitos trarão um novo olhar em direção à paternidade negra.

4 - POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

No final desta discussão, compreendemos que nosso objetivo acaba não nos levando a um final. Muito pelo contrário, ele ecoa como um diálogo inicial de existência de paternidades locais, regionais e globais, um contexto múltiplo e em constante transformação que ganha forma, corpo, voz e se reinventa com a cultura, com o tempo e com as subjetividades interdisciplinares de saberes e práticas. Assim, ao traçarmos as linhas desta análise sobre a paternidade negra, chegamos a algumas indagações que nos fazem repensar a construção social do homem, tanto na sua masculinidade quanto no exercício de sua paternidade. Como pode um indivíduo que passa por diversas formas de segregação, violência de seu corpo, tensões ocasionadas pela cor da pele se tornar um pai atuante na criação dos filhos, que se preocupe mais com a construção de uma relação afetiva do que com a manutenção dos subsídios econômicos? Como construir uma paternidade negra?

Talvez, essas perguntas sejam subjetivas demais se pensadas em uma coletividade, mas tornam-se mais “palpáveis” se refletidas de forma individual: de modo que o homem negro consiga se ver como agente modificador de sua própria realidade paternal. Um primeiro passo para esses questionamentos seria a pacificação com o seu passado, buscando o rompimento dos retóricos pensamentos criados por nossa história.

A desconstrução das masculinidades e paternidades ligadas ao hegemônico e patriarcal machismo se faz através do reconhecimento da problemática, inclusive colocando-a como centralizadora de situações que assolam a sociedade brasileira; sobretudo, quanto ao reconhecimento do papel crucial da escravização de corpos negros, na incumbência da criação de uma autoestima baixa, na marginalização e no contato com a precarização das construções afetivas, para um renascimento das paternidades envoltas no compromisso de rejeição ao sistema patriarcal.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luciana Moreira de. **Masculinidades negras**: novos debates ganhando formas. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61457/61457.PDF>. Acesso em: 31 out. 2023.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 185-206, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2013000100014&script=sci_abstract. Acesso em: 25 out. 2023.

FREITAS, Waglânia de Mendonça Faustino *et al.* Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, p. 85-90, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/rsp/a/xGPFVvYckFxBZF93V7xdZhB/>. Acesso em: 30 out. 2023.

LAITANO, Cláudia. Pai de todos, pai de ninguém: modelos de paternidade no período abolicionista. **Nau Literária**, Porto Alegre, p. 54-71, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/pkKeU>. Acesso em: 3 nov. 2023.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; SOUZA, Rolf Ribeiro de; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. “Eu escrevo o quê, professor (a)?”: notas sobre os sentidos da classificação racial (auto e hetero) em políticas de ações afirmativas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/VH45dGSKgMMTt-8nWKKkxc5c/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MOURA, Rannysom da Silva; FERNANDES, Pablo Moreno. **A quem interessa manter o padrão vigente**: uma reflexão sobre paternidade negra e educação libertadora a partir de uma experiência em sala de aula. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023. Disponível em: <https://abrir.link/aTEEK>. Acesso em: 25 out. 2023.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. **Anais...**, Rio de Janeiro, v. 16, 2014. Disponível em: <https://abrir.link/J34Yv>. Acesso em: 30 out. 2023.

NASCIMENTO, Yago Jose Eloi do; SILVA, Luciana de Mesquita. Masculinidade negra, paternidade e afetividade na literatura infantil: o menino Nito, de Sônia Rosa. **Antares - Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 12, n. 26, p. 207-227, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/963KJ>. Acesso em: 30 out. 2023.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. Petrópolis: Rocco, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

PEREIRA, Arthur Oriel; SANTOS, Hasani Elioterio dos; SILVA, Alexandre da. Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: exercícios de autorreflexão emancipatórios. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 79-102, 2019. DOI: 10.9771/cgd.v5i2.29545. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29545>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PINHO, Osmundo; SOUZA, Rolf Malungo de. Subjetividade, Cultura e Poder: Politizando Masculinidades Negras. **Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 40-46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33751>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ROSA, Waldemir. **Homem Preto do Gueto**: um estudo sobre a masculinidade no Rap brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2769>. Acesso em: 30 out. 2023.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CAMILLOTO, Bruno; DIAS, Hermelinda Gomes. Heteroidentificação na Ufop: o controle social impulsionando o aperfeiçoamento da política pública. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 11, n. 29, p. 15-40, 2019.

SILVA, Cristiano Pedreira da; PERREAULT, Michel. A função paterna dentre a população negra: uma abordagem sócio-histórica. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA: a função paterna dentre a população negra: uma abordagem sócio-histórica. Salvador, 2015. Disponível em: <http://144.202.108.83:8080/jspui/handle/prefix/4183>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, Luciana de Mesquita; SANTOS, Roberta da Silva Calixto dos; NASCIMENTO, Yago Eloi do. Masculinidades negras no espelho. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 56, n. 2, p. 329-339, 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/40152>. Acesso em: 31 out. 2023.

SILVA, Milena da Rosa; PICCININI, Cesar Augusto. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, p. 561-573, 2007.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193818625013.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

VÁSQUEZ, Consuelo *et al.* Uma metodologia reflexiva para desocidentalizar o sub-campo da Comunicação Organizacional Latino Americana. **Intercom**: revista brasileira de ciências da comunicação, São Paulo, v. 45, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/698/69871447009/html/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

REFLEXIONES SOBRE LA PADRE NEGRA: LAS MASCULINIDADES Y SUS CONSTRUCCIONES DEL HOMBRE COMO PADRE

RESUMEN: Este trabajo busca llevar a los lectores a reflexionar sobre cuestiones que involucran la masculinidad negra, a partir de una construcción sociohistórica de la formación de este sujeto como hombre negro, su masculinidad, su proyección social. Como cuestiones vinculadas a la construcción patriarcal hegemónica, el machismo, el feminismo y el racismo pueden influir en la construcción de los tipos de relaciones que se crean en torno a esta parte de la población. ¿Cómo podría un hombre negro, protagonista de la exclusión social, ser un ejemplo de “cabeza de familia”, olvidando los males vividos y buscando la contrapartida de un sistema que lo margina y sobre todo lo clasifica como un padre descuidado, a través de una cultura de sobreexplotación y división social. El reconocimiento histórico de la subjetivación del negro como persona se convierte en un importante punto de análisis para comprender al hombre negro, pero también cómo este hombre negro se ve a sí mismo como hombre, padre y responsable de su familia, a partir de una construcción de poder y así sucesivamente, corroborando la idea patriarcal.

Palabras clave: paternidad negra; masculinidad; patriarcal.

REFLECTIONS ON BLACK FATHERHOOD: MASCULINITIES AND THEIR CONSTRUCTIONS OF MAN AS A FATHER

ABSTRACT: This work seeks to lead readers to reflect on issues involving black masculinity, starting from a socio-historical construction of the formation of this subject as a black man, his masculinity, his social projection. As issues linked to hegemonic patriarchal construction, machismo, feminism and racism can influence the construction of the types of relationships created around this part of the population. How could a black man, the protagonist of social exclusion, be an example of a “head of the family”, forgetting the ills experienced and seeking the counterpart of a system that marginalizes him and above all classifies him as a careless father, through a culture of overexploitation and social division. The historical recognition of the subjectivation of black people as a person becomes an important point of analysis for understanding the black man, but also how this black man sees himself as a man, father and responsible for his family, starting from a construction of power and so on. corroborating the patriarchal idea.

Keywords: Black fatherhood; Masculinity; Patriarchal.